

ACÓRDÃO

PROC. NU.: 0116300-79.2009.5.13.0022

RECURSO ORDINÁRIO

RECORRENTE: C & A MODAS LTDA.

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

E M E N T A:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. JORNADA DE TRABALHO. NORMAS DE HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR. INOBSERVÂNCIA. A análise percuciente dos registros de horário autorizam dizer o descompasso da jornada em relação às normas de repouso e intervalo, de maneira contumaz, de modo a ser mantida a tutela coletiva como deferida, que impôs à Empresa multa em caso de descumprimento da decisão, aqui mitigada quanto ao seu montante.

Vistos, etc.

Recurso Ordinário interposto por C & A MODAS LTDA. nos autos do Processo NU.: 0116300-79.2009.5.13.0022, oriundo da 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa.

O Juízo de origem rejeitou as preliminares de falta de interesse processual e de ilegitimidade *ad causam*. No mérito, julgou procedentes os pedidos formulados na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, relacionados ao cumprimento por parte da ré do disposto no art. 74, § 2º, da CLT; a correta concessão do intervalo para repouso ou alimentação; descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas e período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso entre duas jornadas de trabalho. Arbitrou multa de R\$ 10.000,00 por cada empregado encontrado em situação de descumprimento da sentença.

Irresignada, a Empresa interpôs Recurso Ordinário, retomando a questão alusiva ao interesse de agir como condição da ação - alegando que eventual descumprimento das normas elencadas se deu de forma isolada e pontual - e que não estão em discussão direitos coletivos, difusos ou homogêneos para legitimar a atuação do Ministério Público.

Depois, que não existe qualquer tipo de irregularidade quanto à jornada de seus empregados, consignadas nos registros de frequência, cujo eventual descumprimento de assinalação por parte de empregado implica no lançamento da informação respectiva, com a devida advertência, alegando a Empresa que adota políticas de concessão de intervalo de 30 minutos para os colaboradores que trabalham até 06 (seis) horas e de 1 hora para a jornada de 8 (oito) horas, promovendo a compensação e/ou pagamento do horário extrapolado em situações excepcionais, decorrentes do atendimento ao cliente, devendo ser levado em

conta que no ano de 2008, no universo de 254 dias úteis e 80 empregados, apenas 20 autos de infração foram lavrados, o que caracteriza a conduta como pontual, alegando não observado pela decisão o resultado da fiscalização relativa ao OF/CODIN/Nº 299/07 dando conta da inexistência de irregularidades, resultado igual ao constatado pelos auditores Fernando Sérgio e Mauro Luna, acerca do período de dezembro/2005 a março/2007, cujo descompasso verificado dizia respeito ao registro de entrada e saída do trabalho, por culpa exclusiva dos empregados, não procedendo, por isso, a argumentação de que não é exaustiva a ação fiscal sobre as práticas da empresa.

Por fim, aduz exorbitante o valor fixado como multa pelo descumprimento, cujo objetivo é desestimular a conduta e não promover o enriquecimento nem o ressarcimento por eventuais prejuízos sofridos, tendo-se em vista, inclusive, já ter sido aplicada penalidade administrativa, punindo-se duplamente pelo mesmo fato.

Depósito recursal e custas pagos.

Contrarrazões apresentadas, com alegações de intempestividade (fls. 324/335 pdf).

O Ministério Público ratificou o posicionamento traduzido na contraminuta.

Petição pela ré, contrapondo a alegação de intempestividade.

É o relatório.

V O T O

ADMISSIBILIDADE

PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO SUSCITADA EM CONTRARRAZÕES

Diversamente do quanto alegado nas contrarrazões, o Recurso é tempestivo, uma vez que o prazo processual nos casos de publicação é contado a partir do segundo dia útil seguinte ao evento, como é o caso.

Observando-se que a nota de foro foi disponibilizada no dia 21.01.2010, ficando considerado o dia 22.01.2010 (sexta-feira) como o da publicação, sendo que a contagem dos oito dias tem início no dia 25 seguinte, com término em 01.02.2010, de modo que não se pode falar em intempestividade do Recurso. Inteligência do disposto nos §§ 3º e 4º, do artigo 4º, da Lei nº 11.419/2006.

Isso posto, rejeito a preliminar de intempestividade do Recurso.

No mais, Apelo interposto a tempo e modo. Conheço-o

#### PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR SUSCITADA PELA RECORRENTE

A matéria veiculada na presente preliminar diz respeito ao cumprimento espontâneo por parte da reclamada das normas ditas violadas, assim como de terem sido pontuais as violações constatadas, o que, segundo a recorrente, afastaria a necessidade/utilidade da ação civil pública.

Sem razão, todavia.

A mera constatação de violação às normas, mesmo que pontuais, justifica, sim, a propositura da ação, como reconhecido na decisão, sendo matéria de mérito aferir o cumprimento espontâneo das regras tidas por violadas.

Isso posto, rejeito a preliminar de falta de interesse de agir.

#### PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE AD CAUSAM TAMBÉM SUSCITADA PELA RECORRENTE

A legitimidade do Ministério Público é indiscutível, na medida em que fundamenta o seu pedido na assertiva de que:

O agir da C&A MODAS LTDA., ao desobedecer os preceitos concernentes a horário de jornada, repouso e alimentação, viola diversos direitos assegurados constitucionalmente, assim como constitui lesão a interesses coletivos, *na medida em que decorre de comportamento que se repete ao longo do tempo, podendo atingir tanto os atuais empregados como aqueles que venham, no futuro, a trabalhar para a empresa*, fato este que não só justifica, mas impõe a intervenção do Ministério Público do Trabalho. Grifei

A constatação de sua veracidade será objeto de exame quando do julgamento do mérito da demanda.

Ademais, a Ação Civil Pública é instrumento colocado à disposição do *Parquet* Trabalhista para a tutela dos interesses sociais dos trabalhadores, a proteção dos direitos constitucionais e outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (CF/88, art. 129, III, LC nº 75/93, artigos 6º, VII, "a" e "d", 7º, I, 83, III, 84, caput e II e 82, I, da Lei nº 8.078/90).

Isso posto, rejeito a preliminar de ilegitimidade ad causam suscitada pela recorrente.

### MÉRITO

O objeto da Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho é compelir a ré ao cumprimento do disposto no art. 74, § 2º, da CLT; a correta concessão do intervalo para repouso ou alimentação; descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas e período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso entre duas jornadas de trabalho sob pena de aplicação de multa no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por trabalhador encontrado em situação irregular e pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui impostas.

Vieram aos autos diversos documentos que noticiam ação fiscal no estabelecimento, cuja regularidade em relação à jornada foi atestada por Auditor do Ministério do Trabalho em 18.04.2007, sem menção a qual das lojas fiscalizadas.(fl. 23 pdf)

Entretanto, durante os meses de fevereiro e abril, foram analisados os registros da C&A do Parque Solon de Lucena de 12/2005 a março/2007, e sobre eles os Fiscais Fernando Sérgio B. Freire e Mauro Luna Neto emitiram relatório no qual asseveram que:

Verificamos o descumprimento da legislação apenas no que diz respeito à consignação, em ponto eletrônico, dos horários de entrada e saída, havendo a empresa sido orientada também a retificar os horários efetivamente trabalhados. No que tange à falta de consignação a empresa foi autuada, com fulcro no art. 74, parágrafo 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho. (fl. 26 pdf)

Anexo a esse relatório consta o auto de infração nº 007873999, datado de 26.04.2007, relativo ao estabelecimento sito à R. Des. Souto Maior, todas nesse mês de abril, com os registros de que perpetrados após orientação anterior.

Já no trabalho do Auditor Bosco Giovanni Meira Costa, realizado na Loja da Av. Flávio Ribeiro Coutinho em março de 2009, constatou-se que:

a) O Estabelecimento *não* cumpria com as *Normas Legais* pertinentes à *Jornada de trabalho relativas as suas CONSIGNAÇÕES INTERVALO INTRA E INTERJORNADAS e DESCANSO SEMANAL REMUNERADO*, infrações estas que foram objeto de *Autuações* (20). grifos do original (fl. 53 pdf).

Mencionado relatório vem com reprodução das autuações respectivas (fls. 54 /78 pdf), nas quais as irregularidades foram percebidas em praticamente todos os meses do ano de 2008, nos horários de empregados distintos, em análise acurada dos documentos que foram requeridos.

Ainda que tenham sido juntadas três cópias de advertência aos empregados respectivos (fls. 196/198 pdf), são elas havidas nos meses de abril, maio e julho 2007, em universo infinitamente inferior ao número de infrações, direcionadas que foram para erro/esquecimento na marcação de horário.

Ou seja. O trabalho de verificação de eventuais irregularidades foi requerido pelo Ministério Público, a partir de denúncia, motivando uma análise percuciente dos registros de horário, cujos achados autorizam dizer contumaz a conduta da empresa, em suas duas lojas fiscalizadas, em relação aos horários cumpridos pelos empregados e não eventuais e/ou pontuais, tese da defesa.

Essa é a prova de que não pode prevalecer o argumento de que a Empresa adota políticas de concessão de intervalo de 30 minutos para os colaboradores que trabalham até 06 (seis) horas e de 1 hora para a jornada de 8 (oito) horas, promovendo a compensação e/ou pagamento do horário extrapolado em situações excepcionais.

Note-se, a propósito, que o estabelecimento mantém acordo coletivo de trabalho para utilização de banco de horas, consoante verificado pelos Auditores, sendo manifesto o prejuízo de quem não assinala corretamente o seu horário, ou deixa de fazê-lo, o que também milita em desfavor da recorrente, que diante de todo o material coletado insiste em se dizer nos limites das obrigações, para se eximir, inclusive da multa por descumprimento da decisão.

Acerca do valor fixado como multa, o objetivo desta é realmente desestimular a conduta tida por ilícita, e o pedido inicial foi fixado em R\$ 10.000,00.

Pois bem. Ficou consubstanciada a agressão às normas jurídicas de natureza cogente, em claro prejuízo e iminente risco à higidez física e mental de seus empregados, indistintamente considerados.

A matéria é de ordem pública, autorizando a fixação de valores que, de fato, carreguem nos tons de reprimenda.

Entretanto, o montante de R\$ 10.000,00 pareceu-me elevado, uma vez que será computado para cada empregado encontrado em situação irregular, de modo que considero razoável acolher o pedido recursal de minoração da multa, e o faço, indicando o patamar de R\$ 3.000,00 por cada empregado encontrado em situação de descumprimento da sentença.

Tem-se que a mesma está constituída sobre a necessidade de ajustamento às prescrições legais, o que não se confunde com a multa pela constatação administrativa de violação às mesmas, de valor tarifado, inclusive. Lá, a multa é pelo erro verificado, aqui, a multa é para que o mesmo não volte a ocorrer.

Isso posto, dou provimento parcial ao Recurso Ordinário para reduzir a multa por cada empregado encontrado em situação irregular, ao patamar de R\$ 3.000,00.

Custas mantidas.

ACORDA a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com a presença do Representante da Procuradoria Regional do Trabalho, por unanimidade, REJEITAR as preliminares de PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO SUSCITADA EM CONTRARRAZÕES; de FALTA DE INTERESSE DE AGIR, SUSCITADA PELA RECORRENTE; e de ILEGITIMIDADE "AD CAUSAM" TAMBÉM SUSCITADA PELA RECORRENTE; quanto ao mérito, por maioria, com divergência parcial de Sua Excelência o Senhor Desembargador Francisco de Assis Carvalho e Silva, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao Recurso Ordinário para reduzir a multa por cada empregado encontrado em situação irregular, ao patamar de R\$ 3.000,00. Custas mantidas.

AFRANIO NEVES DE MELO  
Desembargador Relator